

CONSCIÊNCIA POLÍTICA E EDUCAÇÃO POPULAR: A ESCOLA DO CAMPO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

Rafael Paiva Dias do Carmo ¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da formação política nos estudantes de uma escola do campo localizada na zona rural do município de Canindé, no Ceará, em uma área de assentamento e vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), após três anos de vivência no ensino médio. Parte-se da compreensão de que a escola, para além do espaço institucional, constitui-se como território de construção de saberes, identidades e práticas políticas. A proposta pedagógica da escola investigada está fundamentada na luta social, na educação popular e nos princípios de uma pedagogia crítica, que valoriza o protagonismo dos sujeitos do campo. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, com elementos qualitativos, com a aplicação de questionários objetivos e anônimos a alunos do 3º ano do ensino médio, buscando compreender suas percepções sobre a formação política vivenciada ao longo da trajetória escolar. O estudo está fundamentado em uma base teórica que inclui Roseli Caldart, ao tratar da escola como espaço de formação humana integral e da pedagogia do MST; Paulo Freire, com sua pedagogia do oprimido e da consciência crítica; o pensamento marxista de Marx, Engels e Ricardo Antunes, para refletir sobre as relações entre trabalho, educação e luta de classes; e Dermeval Saviani, com a pedagogia histórico-crítica, que destaca o papel do conhecimento na transformação social. A investigação propõe-se a contribuir com o debate sobre o papel da escola do campo na formação de sujeitos críticos, conscientes e capazes de intervir em sua realidade social.

Palavras-chave: Escola do Campo, Formação Política, Educação Popular, MST, Sujeitos do Campo.

INTRODUÇÃO

A luta por uma educação do campo no Brasil está intrinsecamente ligada à resistência histórica dos povos camponeses. Desde os anos 1980, com o fortalecimento de movimentos como o MST, consolidou-se a compreensão de que o acesso à terra e à escola faz parte de um mesmo projeto de emancipação. A escola do campo, nesse contexto, é mais do que um espaço educativo; é um território de disputa política e cultural, onde o saber se constrói a partir da realidade concreta dos sujeitos (CALDART, 2004).

Freire (1970) reforça que toda educação carrega uma intencionalidade: ou reforça a ordem dominante ou contribui para superá-la. Sua pedagogia do oprimido inspira práticas pedagógicas que reconhecem nos estudantes sujeitos capazes de interpretar e transformar o

¹Bacharel em Administração pela Unifanor Wyden. Licenciado em Matemática pela Uniasselvi. Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica e em Gestão de Recursos Humanos pela Minas Faculdade. Especialista em Inclusão e Diversidade na Educação e em Metodologia de Ensino de Matemática pela Uniasselvi. E-mail: rpaiva.adm@gmail.com



mundo. Saviani (2008), ao propor a pedagogia histórico-crítica, aponta que a escola deve articular teoria e prática, promovendo a apropriação crítica do conhecimento.

Essa perspectiva se fortalece com a crítica marxista, que, em Marx e Engels (2001), destaca a função ideológica da educação, mas também sua potência como instrumento de ruptura. Para Antunes (2009), em tempos de fragmentação das identidades coletivas, a escola pode reconstruir vínculos políticos e fortalecer a consciência de classe. Diante de um cenário de esvaziamento das instituições públicas, descrito por Bauman (2010), a escola do campo surge como espaço de resistência.

Esta pesquisa, portanto, busca compreender como uma escola do campo vinculada ao MST contribui para a formação política de seus estudantes. Por meio de questionários aplicados ao 3º ano do ensino médio, analisamos os dados à luz dos autores mobilizados, com o objetivo de refletir sobre a escola como espaço formativo e político, onde se constrói consciência crítica, coletiva e territorializada.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem de natureza quantitativa, com elementos qualitativos, conforme indicado no resumo. Foi aplicado um questionário anônimo, composto exclusivamente por questões objetivas, aos estudantes do 3º ano do ensino médio de uma escola do campo situada em um assentamento rural no município de Canindé, Ceará. O objetivo foi compreender suas percepções sobre a formação política vivenciada ao longo da trajetória escolar.

O tratamento dos dados seguiu os princípios da análise temática, conforme sistematizado por Minayo (2001), permitindo a construção de categorias empíricas a posteriori, relacionadas à identidade camponesa, consciência política, vínculo com o MST e engajamento coletivo. Ainda que os dados sejam quantitativos, a interpretação seguiu uma perspectiva crítica e dialógica, atenta à complexidade dos processos formativos.

A análise dos resultados foi articulada ao referencial teórico de Freire (1970), Caldart (2004), Saviani (2008), Marx e Engels (2001), Antunes (2009) e Bauman (2010), possibilitando uma leitura ampliada e situada dos dados empíricos à luz de fundamentos da educação popular, da pedagogia crítica e da crítica marxista.

A pesquisa observou os princípios éticos exigidos, garantindo anonimato, consentimento dos participantes e uso exclusivo dos dados para fins acadêmicos. A valorização das experiências dos estudantes, mesmo em um instrumento quantitativo, foi compreendida



como dimensão metodológica coerente com os princípios pedagógicos da escola investigada: democrática, crítica e comprometida com os sujeitos do campo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para Freire (1970), a educação é um ato político. Sua pedagogia crítica e dialógica confronta o modelo bancário, propondo uma prática baseada no diálogo, na escuta ativa e na ação-reflexão. A consciência crítica é, para ele, o ponto de partida da transformação social, e a escola deve partir do mundo vivido pelos educandos para conduzi-los à leitura crítica da realidade e à práxis.

Roseli Caldart (2004) amplia essa perspectiva ao inserir a territorialidade e a história de luta dos camponeses como eixos estruturantes da pedagogia da terra. Para ela, educar os sujeitos do campo é também formar para resistir e se organizar frente às exclusões históricas impostas ao meio rural.

Saviani (2008), por sua vez, propõe a pedagogia histórico-crítica, que articula conhecimento científico e prática social. O saber escolar deve ser instrumento de crítica e superação das desigualdades, e a escola, um espaço de formação de sujeitos históricos capazes de construir projetos de sociedade mais justos.

Essas três abordagens convergem na compreensão da educação como prática social transformadora e são incorporadas pela pedagogia do MST, conforme Caldart (2004), que mostra a escola do campo como território de disputa ideológica e formação política.

A crítica marxista, presente em Marx e Engels (2001), fundamenta essa visão ao entender a escola como possível aparelho ideológico — capaz tanto de reproduzir quanto de contestar a dominação da classe dominante. A luta de classes, nesse sentido, atravessa o campo educativo.

Antunes (2009) complementa essa análise ao tratar da precarização da vida sob o neoliberalismo e da fragmentação dos vínculos coletivos. A escola do campo, ao promover pertencimento e consciência de classe, rompe com essa lógica fragmentária.

Bauman (2010) descreve esse cenário como o avanço de um capitalismo parasitário, que mercantiliza a vida e dissolve instituições públicas. Nesse contexto, a escola do campo se fortalece como espaço de coesão e resistência, oferecendo sentido coletivo em oposição ao individualismo neoliberal.

As ideias desses autores se entrelaçam. Freire, Caldart e Saviani apontam caminhos pedagógicos; Marx, Engels e Antunes revelam as estruturas da desigualdade; e Bauman alerta



para a corrosão dos laços sociais. Nesse entrecruzamento teórico, a escola do campo se consolida como espaço de formação crítica, resistência e transformação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos por meio do questionário aplicado a estudantes do 3º ano do ensino médio da escola do campo em Canindé/CE permite compreender como os processos educativos vivenciados ao longo da formação básica influenciam a construção da consciência política e social dos sujeitos do campo. A pesquisa, de natureza quantitativa, organizou-se com 12 questões objetivas que abordam dimensões diversas da formação política, da participação social e da identificação com os debates propostos pela escola.

As respostas obtidas foram organizadas em gráficos, que serão apresentados e analisados individualmente a seguir, à luz do referencial teórico que sustenta este trabalho. A leitura dos dados não se restringe à mensuração dos percentuais, mas busca evidenciar sentidos formativos, contradições e potências da escola enquanto espaço de disputa de projetos de sociedade — como apontam Freire (1970), Caldart (2004), Saviani (2008), Marx e Engels (2001), Antunes (2009), Bauman (2010) e Minayo (2001).

Gráfico 1 – Durante sua trajetória escolar, você foi incentivado a participar de atividades políticas ou sociais?

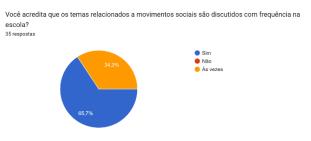


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A maioria dos estudantes (60%) afirma ter sido incentivada apenas algumas vezes a participar de atividades políticas ou sociais, enquanto 28,6% nunca receberam esse tipo de estímulo e apenas 11,4% vivenciaram essa prática com frequência. O dado evidencia que, embora existam iniciativas pontuais, ainda falta uma integração mais sistemática da dimensão política ao cotidiano escolar, como propõe Freire (1970). Em uma escola do campo vinculada ao MST, espera-se que o engajamento político seja contínuo e formativo, o que torna esses números indicativos de um desafio pedagógico importante, também refletido nas tensões entre proposta e prática (CALDART, 2004).



Gráfico 2 – Você acredita que os temas relacionados a movimentos sociais são discutidos com frequência na escola?



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A maioria dos estudantes (65,7%) afirma que os temas ligados aos movimentos sociais são discutidos com frequência na escola, enquanto 34,3% dizem que isso ocorre apenas às vezes. O dado revela uma presença considerável da temática, o que dialoga com a pedagogia da terra proposta por Caldart (2004), que defende a escola do campo como espaço de articulação entre formação política e movimentos sociais. Ainda assim, a existência de respostas intermediárias aponta para a necessidade de maior regularidade e profundidade nas discussões, reforçando o papel da educação como prática de conscientização crítica (FREIRE, 1970).

Gráfico 3 – Você considera que a escola contribui para o seu entendimento sobre questões sociais e políticas do Brasil?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

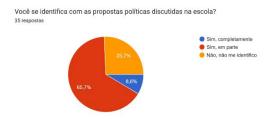
A maioria dos estudantes reconhece que a escola contribuiu para seu entendimento sobre questões sociais e políticas do país — 57,1% afirmam que "um pouco" e 37,1% "muito". Apenas 5,7% consideram que a contribuição foi baixa ou inexistente. Esses resultados indicam que a escola cumpre, ainda que com diferentes intensidades, seu papel de formação crítica, conforme os pressupostos de Freire (1970), que aponta a educação como espaço de leitura do mundo. A predominância de respostas intermediárias reforça o desafio de aprofundar o vínculo entre conteúdo escolar e realidade social, como propõem Saviani (2008) e Caldart (2004). Gráfico 4 — Você se sente mais capacitado para participar de debates sobre política e justiça social por causa do que aprendeu na escola?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A maioria dos estudantes afirma sentir-se um pouco mais capacitada para debater temas como política e justiça social a partir da vivência escolar (45,7%), enquanto 17,1% se sentem muito mais preparados. No entanto, 37,1% relatam não se sentirem capacitados. Esse cenário revela avanços parciais na formação crítica, mas também limitações quanto à profundidade do trabalho com temas sociopolíticos. A escola cumpre papel relevante, mas precisa reforçar práticas pedagógicas voltadas à autonomia e à argumentação, como defendem Freire (1970) e Saviani (2008), que associam o ato educativo à construção do pensamento crítico e da ação transformadora.

Gráfico 5 – Você se identifica com as propostas políticas discutidas na escola?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

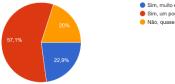
A maioria dos estudantes (65,7%) declarou identificar-se em parte com as propostas políticas discutidas na escola. Outros 25,7% afirmaram não se identificar, enquanto apenas 8,6% disseram concordar completamente. Esses dados indicam que, embora o discurso político esteja presente no cotidiano escolar, há distanciamentos entre a proposta e a vivência real dos estudantes. Isso exige uma escuta ativa e crítica por parte da escola, de modo a articular a formação política com as experiências concretas dos sujeitos, como propõem Caldart (2004) e Freire (1970), defendendo uma educação dialógica e ancorada na realidade do educando. Gráfico 6 – Em relação às questões políticas e sociais discutidas na escola, você sente que há

Gráfico 6 – Em relação às questões políticas e sociais discutidas na escola, você sente que há espaço para a sua opinião?



Em relação às questões políticas e sociais discutidas na escola, você sente que há espaço para a sua opinião?
35 respostas

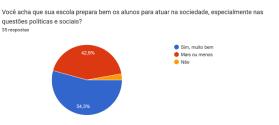
Sim, multo espaço
Sim, um pouco
Não, quase nenhum



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A maioria dos estudantes (57,1%) afirmou que há pouco espaço para expressar suas opiniões sobre temas políticos e sociais. Apenas 22,9% reconhecem ter muito espaço, enquanto 20% sentem que há quase nenhum. Esses dados apontam para uma fragilidade no exercício do diálogo, essencial para a formação crítica. Segundo Freire (1970), a escuta ativa e o respeito às vozes dissonantes são centrais na pedagogia do oprimido. A limitação desse espaço de fala compromete a construção coletiva do saber e o protagonismo estudantil, princípios fundamentais na educação do campo defendida por Caldart (2004).

Gráfico 7 – Você acha que sua escola prepara bem os alunos para atuar na sociedade, especialmente nas questões políticas e sociais?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Mais da metade dos estudantes (54,3%) acredita que a escola os prepara muito bem para atuar na sociedade, especialmente nas questões políticas e sociais. Outros 42,9% avaliam essa preparação como "mais ou menos", e apenas 2,9% disseram que a escola não prepara. Esse resultado sinaliza que a proposta pedagógica tem impacto positivo, alinhada ao que defende Saviani (2008), ao enfatizar o papel da escola na formação de sujeitos históricos. Ainda assim, a presença expressiva de respostas medianas indica que o desafio está em aprofundar a articulação entre conteúdo escolar, prática social e consciência crítica (FREIRE, 1970).

Gráfico 8 – Quais atividades ou temas abordados na escola mais te ajudaram a entender melhor a política e os movimentos sociais?

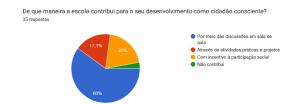




Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A maioria dos estudantes (45,7%) aponta as atividades com movimentos sociais como as mais significativas para sua compreensão sobre política e mobilização social. Em seguida, 28,6% destacam as aulas teóricas, e 17,1% mencionam a participação em projetos e debates. Apenas 8,6% disseram que nenhuma das opções ajudou. O destaque para a vivência direta com movimentos sociais confirma o que defende Caldart (2004): a escola do campo deve estar enraizada na prática social e nas lutas coletivas. Esses resultados reforçam o valor da formação pela práxis, como ensina Freire (1970), onde teoria e ação crítica caminham juntas na construção da consciência política.

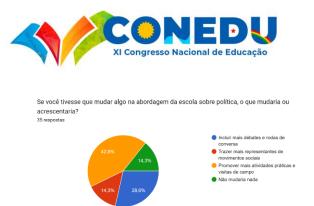
Gráfico 9 – De que maneira a escola contribuiu para o seu desenvolvimento como cidadão consciente?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A maioria dos estudantes (60%) considera que a principal contribuição da escola para sua formação cidadã ocorreu por meio das discussões em sala de aula. Outros 20% destacam o incentivo à participação social, e 17,1% apontam as atividades práticas e projetos. Apenas 2,9% afirmaram que a escola não contribuiu. Esses dados revelam a centralidade do espaço escolar como mediador do pensamento crítico, conforme defendido por Freire (1970) e Saviani (2008). O ambiente dialógico da sala de aula surge como o principal vetor de consciência, refletindo uma pedagogia crítica voltada à formação de sujeitos ativos na transformação social.

Gráfico 10 – Se você tivesse que mudar algo na abordagem da escola sobre política, o que mudaria ou acrescentaria?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A maioria dos estudantes (42,9%) sugeriu promover mais atividades práticas e visitas de campo, reforçando o desejo por uma aprendizagem vinculada à realidade social. Outros 28,6% indicaram a necessidade de mais debates e rodas de conversa, e 14,3% gostariam de ver mais representantes de movimentos sociais na escola. Apenas 14,3% não mudariam nada. As respostas convergem para o princípio da formação pela práxis, defendido por Freire (1970) e Caldart (2004), ao indicarem que a participação ativa e o diálogo com sujeitos reais das lutas sociais tornam o aprendizado mais significativo e politicamente formativo.

Gráfico 11 – Qual é, na sua opinião, a maior contribuição da escola para a sua visão política e social?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A maioria dos estudantes (60%) considera que a escola contribuiu principalmente para a reflexão crítica sobre a realidade. Em seguida, 20% apontam o envolvimento com a comunidade e movimentos, enquanto 14,3% mencionam o conhecimento teórico sobre política. Apenas 5,7% disseram que a escola não teve contribuição. O destaque à reflexão crítica reforça a presença de práticas pedagógicas alinhadas ao pensamento de Paulo Freire (1970), que defende a leitura do mundo como etapa indispensável à leitura da palavra. Essa centralidade da crítica aponta para uma formação mais profunda que apenas a transmissão de conteúdo, promovendo a consciência como elemento ativo da educação.

Gráfico 12 – Após estudar nessa escola, você já pensou em participar de algum movimento social ou político?



Após estudar nessa escola, você já pensou em participar de algum movimento social ou político?



Sim, com ceneza
 Talvez, depende da oportunida
 Não, nunca pensei nisso

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Embora apenas 8,6% dos alunos tenham afirmado que com certeza pensaram em participar de movimentos sociais ou políticos após estudarem na escola, uma parcela significativa (48,6%) respondeu "talvez, depende da oportunidade", indicando abertura potencial ao engajamento. Já 42,9% afirmaram que nunca pensaram nisso. Esse dado aponta para um processo formativo em andamento: ainda que a escola esteja promovendo a reflexão crítica (como demonstrado em gráficos anteriores), o engajamento direto com lutas sociais requer condições objetivas e subjetivas que extrapolam o ambiente escolar, como apontam Antunes (2009) e Caldart (2004). A formação política, nesse sentido, não se conclui com o ensino médio, mas segue como um projeto contínuo e coletivo.

De modo geral, os resultados revelam que a escola tem cumprido um papel relevante na formação da consciência crítica dos estudantes, especialmente por meio das discussões em sala de aula e da aproximação com experiências práticas e coletivas. As respostas indicam avanços significativos, mas também apontam desafios: nem todos os estudantes se sentem plenamente preparados para o engajamento político, e parte deles ainda demonstra distanciamento de práticas sociais concretas.

Esse cenário reflete o que autores como Freire (1970) e Caldart (2004) defendem: a formação política não é um produto acabado, mas um processo permanente e dialógico, que depende da articulação entre conhecimento crítico, vínculo com a realidade concreta e estímulo à participação ativa. Do ponto de vista histórico-crítico, como ressalta Saviani (2008), o conhecimento só cumpre sua função emancipadora quando está a serviço da transformação das condições materiais de existência. Ao mesmo tempo, autores como Bauman (2010) e Antunes (2009) nos alertam para os obstáculos impostos pela precarização das relações sociais e pelo individualismo contemporâneo, que muitas vezes dificultam a ação coletiva e o engajamento contínuo da juventude.

Assim, os dados analisados não apenas informam, mas convocam a escola a seguir resistindo, reinventando práticas e fortalecendo sua identidade como espaço de formação integral e de luta por justiça social, especialmente no contexto do campo e dos movimentos populares.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida nesta pesquisa evidenciou o papel fundamental da escola do campo vinculada ao MST na formação de sujeitos politicamente conscientes e socialmente engajados. Os dados obtidos por meio do questionário aplicado aos estudantes do 3º ano do ensino médio indicam que a vivência escolar, integrada a um projeto pedagógico crítico e contextualizado, contribui significativamente para a construção de uma consciência política ativa, coletiva e territorializada. Essa constatação reafirma a potência da educação do campo como prática de resistência e emancipação.

Apesar de os dados revelarem que parte dos estudantes ainda não se sinta plenamente capacitada para os debates políticos, eles também apontam para um campo fértil de desenvolvimento pedagógico. A escola, assim, afirma-se como um espaço de construção de sentidos, de práticas solidárias e de vínculos comunitários.

À luz de Freire (1970), o processo educativo em questão promove o diálogo, a escuta e a reflexão crítica sobre a realidade vivida. A pedagogia do oprimido se concretiza quando os estudantes leem o mundo e compreendem sua posição histórica, transformando a aprendizagem em ato político.

Essa dimensão é ampliada por Caldart (2004), ao conceber a escola do campo como território de luta e afirmação identitária. A formação política, nesse contexto, é constitutiva da proposta educativa e se fortalece na medida em que se articula com as práticas sociais e culturais da comunidade.

Saviani (2008), com a pedagogia histórico-crítica, reforça que o conhecimento escolar deve estar articulado à realidade concreta. A formação política exige compreensão crítica do mundo, ressignificação dos conteúdos e ação transformadora. Os dados indicam que os estudantes mobilizam esses saberes em direção a uma leitura crítica da sociedade.

A crítica marxista, em Marx e Engels (2001), sustenta a análise da escola do campo como espaço contra-hegemônico. Antunes (2009) complementa ao refletir sobre a fragmentação social no neoliberalismo, enquanto Bauman (2010) denuncia o esvaziamento dos vínculos coletivos. Em contraste, a escola analisada reafirma o pertencimento, a solidariedade e o engajamento coletivo.

A metodologia adotada, ancorada em Minayo (2001), permitiu captar com rigor as percepções dos estudantes. Mesmo com perguntas objetivas, a escuta atenta possibilitou compreender sentidos, experiências e processos subjetivos de formação.



Em síntese, a escola do campo, estruturada sob uma pedagogia crítica e popular, demonstra capacidade real de formar sujeitos conscientes e engajados. Fortalecer essas experiências é tarefa urgente frente aos retrocessos sociais. Como mostram os resultados e os referenciais teóricos mobilizados, a escola do campo permanece como espaço de resistência, transformação e esperança coletiva.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia da Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RESÊS, Erlando da Silva et al. (org.). *Pedagogia socialista, trabalho e educação*. Brasília: Editora UnB, 2020.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.